Revista Espaço Acadêmico – Mensal – Nº 101 – Outubro de 2009 – ISSN 1519-6186
DOSSIÊ: 60 ANOS DA REVOLUÇÃO CHINESA
http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/index

O maoísmo da Ação Popular e sua intervenção no noroeste do Paraná

Reginaldo Benedito Dias*

Resumo: Este artigo aborda aspectos da influência do maoísmo na intervenção política da organização Ação Popular – AP, focalizando sua atuação na região Noroeste do Paraná, polarizada pela cidade de Maringá.

Palavras-chave: Ação Popular Marxista Leninista, maoísmo, ditadura militar, Maringá.

No sexagésimo aniversário da Revolução Chinesa, tema deste dossiê organizado pela Revista Espaço Acadêmico, é oportuno resgatar o debate acerca da influência exercida sobre a esquerda brasileira nas décadas de 1960 e1970. Este artigo aborda aspectos da influência do maoísmo na intervenção política da organização Ação Popular – AP, focalizando sua atuação na região Noroeste do Paraná, polarizada pela cidade de Maringá, onde se implantou, entre 1967 e 1968, sob inspiração da linha chinesa.

Para entender o significado do maoísmo na história da AP, é importante não apenas abordar as dimensões conceituais, mas também investigar a relação da teoria com a prática política em realidades concretas. Utilizo dados coligidos em pesquisas de pós-graduação (DIAS, 2003 e 2004), atualizados por questões suscitadas pelo meu interesse permanente pelo tema.

Do avanço do maoísmo na AP

Foi no segundo semestre de 1967 que a Ação Popular deslocou um dos dirigentes de seu Comando Regional para a região de Maringá, o advogado trabalhista Edésio Passos, juntamente com sua esposa, também militante da AP, a socióloga e professora Zélia Passos.

A organização da AP no Paraná data da primeira metade daquela década, mas havia ocorrido, a exemplo do que se verificava em âmbito nacional, um processo de desarticulação no imediato pós-1964, consequência da repressão desencadeada pela ditadura civil-militar então instaurada. Com estímulo da direção nacional, houve a reorganização da AP no Paraná e a constituição do Comando Regional 2, cuja área de abrangência também incorporava Santa Catarina. Aos remanescentes da fase de origem, somaram-se militantes então incorporados, entre os quais Edésio Passos e o jornalista Walmor Marcellino, que tinham feito parte do PSB. Ambos integraram a coordenação do CR-2, ao lado de Paulo Gustavo Barros Carvalho, fundador da AP no Paraná.

Em âmbito nacional, além da reestruturação orgânica, a AP vivia anos

de redefinição política e ideológica. Quando foi fundada em 1963, a AP preconizava, conforme seu **Documento base**, resolução de seu 1º. Congresso, a busca de ideologia e caminhos próprios, procurando forjar uma espécie de síntese entre o humanismo cristão, o existencialismo e o marxismo. O conceito-chave era o de socialismo com humanismo, crítico ao modelo do chamado socialismo real.

O DB saudava o avanço do mundo socialista: "depois da Revolução Russa e da criação das repúblicas populares, os fenômenos mais importantes foram a Revolução Chinesa e, na América Latina, a Revolução Cubana. De 1917 até os nossos dias o sistema socialista atingiu cerca de 1/3 da humanidade que, ao que tudo indica, mesmo no caso de superar a motivação marxista, continuará a desenvolver-se" (In SOUZA LIMA, 1979, p. 134). A AP considerava-se parte integrante "da corrente socialista que está transformando o mundo na atualidade". Todavia, explicava: "Esta opção nos integra na luta contra o capitalismo internacional, guardando uma atitude crítica, em relação às experiências socialistas em realização" (In SOUZA LIMA, 1979, p. 136). O DB advogava a tese de que o complexo mundo socialista em gestação "poderá comportar experiências as mais diversas e com orientações ideológicas distintas" (In SOUZA LIMA, 1979, p.134). Não havia, assim, uma referência internacional hegemônica.

Depois do golpe de estado de 1964, em reavaliação de sua política, a AP passou por um processo de radicalização de horizontes e métodos. Em 1965, reunião nacional extraordinária aprovou o documento **Resolução política**, com o objetivo de inserir a AP em uma nova fase de sua história, definida como rigorosamente popular e revolucionária. Embora preservasse a noção de socialismo como humanismo, conceito-chave do DB, a resolução promoveu a adesão explícita ao objetivo de conquistar o poder pela via insurrecional, por meio da estratégia da Revolução Socialista de Libertação Nacional, conceito que sofria influência das revoluções cubana e chinesa. Na fundamentação dessa concepção, podem ser lidas abundantes referências a Mao Tse-tung[1] e a Ernesto Guevara (AÇÃO POPULAR, 1965).

Nessa conjuntura dos primeiros anos da ditadura militar, tem-se que houve uma fase de maior influência da Revolução Cubana. Foram constituídas delegações para conhecer diretamente as experiências revolucionárias. Em pouco tempo, prevaleceria a linha chinesa. Em 1967, a AP aprovou duas resoluções de grande alcance. A primeira referia-se à necessidade de construir o partido de vanguarda para a direção do processo revolucionário. A segunda era a resolução sobre o Debate Teórico e Ideológico[2], convocando a militância ao estudo e ao debate organizado do marxismo.

Por ocasião da I Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em 1968, prevaleceu "a linha chinesa", sistematizada no "Esquema de 6 pontos". Os militantes e dirigentes aglutinados em torno dessa posição foram identificados como membros da

[1] Adota-se a grafia corrente na época.

[2] O documento *Autocrítica da Direção Nacional* estima que, no início desse debate, havia cinco alas internas. Duas delas seriam antimarxistas, adeptas da sobrevivência do reformismo na organização. As outras variavam em sua assimilação do marxismo. A contradição principal seria entre reformistas e revolucionários. A resolução do DTI volta-se contra os antimarxistas.

"Corrente 1". Foram expulsos da AP militantes que divergiam da "linha chinesa"e cujas posições foram associadas ao legado da "linha cubana", tal era a intensidade da disputa. Defendiam que o programa estratégico da revolução brasileira era a construção do socialismo. Reconhece-se a necessidade de realização de tarefas pré-socialistas, que não teriam, porém, o caráter estratégico de uma etapa. Essas tarefas pré-socialistas, de natureza anti-imperialista, seriam simultâneas às tarefas socialistas que pudessem ser realizadas imediatamente (AÇÃO POPULAR, 1968). Ficaram conhecidos como "Corrente 2". Seus expoentes viriam a participar da fundação do PRT(Partido Revolucionário dos Trabalhadores), em 1969.

O "esquema dos 6 pontos" afirmava o maoísmo como a terceira etapa do marxismo, o marxismo da atualidade. Entendendo o Brasil como um país semicolonial e semifeudal, preconizava a revolução nacional-democrática. A linha militar regia-se pelos parâmetros da guerra popular, cuja arena principal era o campo. O texto refere-se mesmo ao cerco da cidade pelo campo. Por isso, embora a condição de vanguarda do proletariado fosse preservada, destacava-se a necessidade de mudança do eixo de trabalho para o campo[3]. Sob eco da revolução cultural chinesa, preconizava-se a proletarização da militância da AP, de origem pequeno-burguesa, que deveria ser transferida para o universo da producão, no campo e na cidade.[4] No âmbito internacional, exaltava-se a condição de vanguarda do Partido Comunista Chinês e criticava-se o revisionismo contemporâneo capitaneado pela URSS.[5]

Nesse esquema, já se lê o objetivo, que seria levado à frente na sequência, de destruição da "velha AP" para sua reconstrução em novas bases. Nesse caso, o objetivo último era a reconstrução do partido de vanguarda da classe operária, processo ao qual a AP deveria estar integrada. Com efeito, a transformação da AP aprofundou-se, acompanhada de uma drástica autocrítica do passado, ideias e práticas. A dinâmica da morte e recriação é explícita em diretriz aprovada na II Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em 1969: "ao mesmo tempo em que começava a morrer a velha Ação Popular, começava a nascer uma nova Ação Popular, marxista-leninista, proletária; o processo de crise combinava-se com o processo de transformação e proletarização do partido" (AÇÃO POPULAR, 1969, p. 3). A ruptura com a história da AP foi detalhada na formulação de 12 tarefas para reconstrução do partido operário, sempre dirigidas ao passado da organização. Ao proclamar a morte da "velha AP" e o nascimento da "nova

---

3 Sobre a singularidade do maoísmo, anotou Daniel Aarão Reis Filho (1991, p.113): "O fato é que o maoísmo se caracterizaria pela valorização do camponês, não só como ator principal na luta pela tomada do poder, mas também como vanguarda no projeto de construção do socialismo. Essa foi, sem dúvida, a marca registrada do maoísmo e sua principal inovação do ponto de vista do pensamento revolucionário do século XX".

4 Especificamente sobre o processo de "proletarização" da militância da AP, ver: OLIVEIRA, 2005; SANTANA, 2008; DIAS, 2003. Marcelo Ridenti (2002), em conhecido ensaio, interpretou essa transformação por meio da noção de "romantismo revolucionário".

5 Considerava-se como revisionismo clássico o ocorrido no seio do Partido Social-Democrata alemão, no final do século XIX, quando Eduard Bernstein propôs uma estratégia de reformas como caminho ao socialismo.

AP", o documento procura fundá-la na tradição marxista, procedendo a um extenso resgate da história do movimento socialista, desde a época de Marx e Engels até o período atual, vívido sob o primado do pensamento de Mao Tse-Tung. Reitera-se o combate ao revisionismo contemporâneo, representado pela nova direção da URSS e, no Brasil, pelo PCB.

Na terra dos cafezais

Os dirigentes da AP do Paraná inclinaram-se pelas teses da chamada "Corrente 1". A adesão ao maoísmo tem ensejado reflexões sobre os fios de continuidade entre a fase anterior da AP e essa que começava a ser vivida. Herbert de Souza[6] popularizou a tese de que, como boa parte dos militantes tinha origem nos movimentos leigos do catolicismo,[7] houve a permanência da atitude religiosa, traduzida, por exemplo, por uma ética militante análoga. Emblema dessa permanência, sempre citada nos debates, seria a política de "proletarização" da militância. A interpretação é instigante, pois procura identificar em que medida a nova opção era informada por uma cultura anterior. Cabem, porém, algumas ressalvas.

A "Corrente 2" da AP, que rejeitava a metodologia da "proletarização", também tinha líderes com passado católico. Não havia, assim, uma relação direta de causa e efeito.[8] Outra dimensão diz respeito à renovação de militância no pós-1964, como ocorreu no Paraná.[9] Nesse caso, os dirigentes entrevistados, que não tinham vínculos com o processo de origem da AP, esclareceram que seu posicionamento decorria da identificação com o significado das propostas da "Corrente 1" e de sua divergência com a "Corrente 2", cuja estratégia qualificavam como "foquista".

Sobre a política de "proletarização", o ex-dirigente Duarte Pereira, que era membro da Direção Nacional naquele período, salientou, em entrevista concedida quando doou seu acervo documental para a Unicamp, que a ideia de deslocamento e de inserção na produção fabril é anterior à adesão ao maoísmo. Evidência disso é o documento **Profissionalização de quadros: necessidade urgente**, datado de 1966, que tematizava essa política com significados próprios à conjuntura. Naturalmente, o avanço do maoísmo dotou aquela política de novos sentidos, mas não inaugurou o debate.

No Paraná, os deslocamentos iniciam-se em 1967, demandados pelo objetivo de implantação da AP em regiões consideradas estratégicas. Não se pode dizer que a transferência de Edésio Passos e Zélia Passos tenha sido literalmente uma "proletarização". Sem perder de vista o objetivo de investir no fortalecimento da organização dos trabalhadores, ambos continuaram a exercer suas profissões originais,

[6] Nos vários depoimentos e entrevistas que concedeu, Herbert de Souza consolidou uma visão bastante ácida sobre essa transformação vivida pela AP. Analisei sua interpretação em outro artigo (DIAS, 2007).

[7] Essa transformação da AP foi analisada criticamente por pensadores católicos ou por intérpretes da história do catolicismo. Ver DIAS, 2008.

[8] Por motivações e traduções próprias, correntes de origem marxista aproximaram-se do maoísmo, como o PC do B e sua dissidência, a Ala Vermelha.

[9] Conforme a documentação, a maioria dos militantes da AP do Paraná tinha ingressado nesse período.

advogado e professora. De qualquer modo, havia a influência dos debates sobre a linha chinesa nessa decisão.

Para decidir implantar-se na região de Maringá, pesaram dois fatores. O primeiro era a tradição de lutas dos trabalhadores rurais na região, sedimentada, antes de 1964, sob a direção do PCB. O segundo era o perfil socioeconômico da região, terreno que a direção da AP considerava fértil para colocar em prática sua concepção de revolução camponesa. Visava-se, pois, à sedimentação, observadas as muitas mediações necessárias, da estratégia da guerra popular.

A AP implantava-se em um centro urbano, com vistas a organizar o movimento operário, mas o horizonte era o campo. Maringá era uma base a partir da qual a AP poderia fazer sua política irradiar-se por toda a região, abrindo caminho para o trabalho "camponês". No dizer de Passos, o objetivo principal era, em coerência com o maoísmo, o cerco da cidade pelo campo.

A região, colonizada recentemente, era conhecida pela sua economia cafeeira, à qual correspondiam relações de trabalho tradicionais, como o colonato. A importância econômica do setor rural e essas relações de trabalho alimentavam a tese, assumida pela AP, de que havia um setor semifeudal na economia e que a revolução viria do campo.

Na região de Maringá havia uma tradição de organização e de lutas no campo. Na década de 1950, o PCB iniciara um processo de organização dos trabalhadores do campo em toda a região norte do estado. Foi no bojo desse processo que se formou, em 1956, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Maringá. O sindicato de Londrina, fundado pouco antes, denominava-se Sindicato dos Colonos e Assalariados Agrícolas (PRIORI, 1996). Logo em seguida, outros sindicatos de base urbana foram fundados em Maringá. Da mesma maneira, multiplicou-se, em toda a região, a organização dos trabalhadores do campo. Até 1964, foram formados 86 sindicatos nesse setor. As entidades veicularam reivindicações trabalhistas por vias legais e, em casos determinados, lideraram greves (SILVA, 2006).

O horizonte dessa emergente organização sindical sintetizava uma pauta abrangente: reforma agrária, imediata aplicação da legislação social aos trabalhadores do campo, efetivo salário mínimo, abolição do vale-armazém etc. (SILVA, 2006; PRIORI, 1996). Entretanto, segundo a inferência de Priori (1996, p. 86), "os sindicatos de trabalhadores rurais do Norte do Paraná, influenciados pelo PCB, estavam mais preocupados em direcionar a luta para conquistar melhores salários e uma legislação trabalhista para o campo que propriamente com o projeto de reforma agrária". Essa tradição de lutas sindicais era um ponto de partida para a AP, mas sua estratégia deveria ultrapassá-la, visto que era inspirada na revolução camponesa.

Na interpretação das características das estruturas socioeconômicas da região, o debate apresenta dimensões ainda mais complexas. Havia, por um lado, a polêmica sobre as permanências feudais no Brasil e seus desdobramentos na definição do caráter da revolução.[10] Em 1968, a própria AP vivia sob tensão

10 Seria dispendioso fazer a genealogia desse debate. Cite-se que é de 1966 o livro **A revolução brasileira**, em que Caio Prado Jr. sistematizou densa crítica à tese do feudalismo no Brasil. Livro, como se sabe, muito influente no debate daquela geracão de esquerda.

desse debate, que se atualizaria na conjuntura próxima. Havia, por outro lado, a dinâmica do capitalismo no período.

Embora a esquerda revolucionária considerasse que o capitalismo vivia um estrangulamento estrutural e menosprezasse sua capacidade de reprodução ampliada, o país voltaria a viver uma fase de modernização e de crescimento econômico excludente. Na região de Maringá, tal modernização foi vista em toda a sua extensão.

Em meados da década de 1960, no compasso das mudanças que ocorriam no país, foi impulsionada uma reviravolta no perfil econômico da região. O declínio da cultura cafeeira, inserido num processo de exigências do mercado internacional em torno de lavouras que tivessem alto valor comercial, levou à diversificação da agricultura. Tal mudança se fez sentir na dimensão das propriedades e na forma do uso da terra. O aumento de produtividade adveio tanto da alternância de lavouras temporárias em um mesmo solo quanto da introdução da mecanização e consecutiva redução da mão de obra. Por sua vez, as relações de trabalho adquiriram a feição de assalariamento explícito, incluindo a contratação de trabalhadores volantes, os chamados boias-frias. Perderam importância outras formas de trabalho ligadas às culturas permanentes, como o colonato e a parceria.

Importante corolário desse processo foi a acentuada urbanização que se efetuou. Na região de Maringá como um todo, o deslocamento da população rural para os centros urbanos foi bastante visível, conforme assinalam os dados do censo. Os movimentos demográficos dirigiram-se aos principais centros urbanos paranaenses e às novas regiões de expansão de fronteira agrícola. À modernização ocorrida na agricultura correspondia um processo de modernização nas atividades econômicas eminentemente urbanas, pertencentes aos chamados setores secundário e terciário. E existia íntima relação entre o perfil das atividades urbanas que se desenvolviam com a citada modernização do campo, já que a indústria emergente se ligava à transformação da produção rural da região.

Essa grande transformação, que ocorreu em um período muito curto, pôde ser vista com mais clareza em meados da década de 1970,[11] mas a tendência de modificação do modelo de agricultura estava indicada na década de 1960. Em 1961, o IBC estabelecera um programa de substituição da monocultura comercial do café por outras atividades produtivas. A primeira etapa aconteceu nos anos agrícolas de 1962/3 e 1967/68

---

11 Registre-se que a representação que a AP fazia da região guardou parentesco – abstraindo o contorno ideológico e a distância de objetivos – com a leitura que agentes de outro campo político fizeram para articular um ato visando à pauta nacional. No final de março de 1968, Maringá entrou no mapa nacional da oposição por ocasião de um comício da Frente Ampla, liderada por Carlos Lacerda, ex-governador do estado da Guanabara. Após apoiar a intervenção que depôs o presidente Goulart, Lacerda entrou em rota de colisão com os governos militares. Articulou, então, a Frente Ampla de oposição, buscando o apoio dos ex-presidentes João Goulart e Juscelino Kubistchek, seus antigos adversários políticos. Uma das principais e derradeiras atividades da Frente Ampla foi o comício realizado em Maringá. A escolha da cidade como palco do ato político foi assim explicada por um periódico local: "Reina grande expectativa em torno da fala do Sr. Lacerda em Maringá, não só pela cidade, como também nos meios políticos nacionais. Isto porque Maringá está sendo considerada 'zona camponesa do Paraná' e o comício serviria para um teste da Frente Ampla junto aos homens do campo". Cf. **O Jornal de Maringá**, 29 de março de 1968.

e resultou na redução de 433.266ha., 26,7% da área de cultivo. Entre 1968 e 1977, a área ocupada pelo café sofreu redução de 1.187.532ha. para 698.241ha., 41,2%. Na primeira fase, a substituição de atividades era caracterizada principalmente pela expansão da pecuária. Depois, no final da década, houve avanço das culturas associadas da soja e do trigo. Entre 1968 e 1977, essas culturas, emblemáticas da modernização que se efetuava, tiveram uma ampliação de 1.735,6% e 1.026,0%, respectivamente (LUZ, 1988).

A implantação na área urbana de Maringá era uma base a partir da qual se pretendia construir a organização e dar suporte à sua irradiação em toda a região. Entretanto, embora a estratégia da AP estivesse centrada na concepção de revolução camponesa, foi junto aos trabalhadores urbanos de Maringá que se verificou sua articulação mais efetiva, com o desencadeamento de ações organizadas e de lutas de massas, vindo a liderar, em outubro de 1968, uma greve de impacto na conjuntura da região e de repercussão estadual.[12]

Indique-se, desde já, que a mobilização visou a atingir a feição de uma greve geral. A Ação Popular, esclareceu Edésio Passos,

> esboçou plano de deflagração de uma greve geral em outubro de 1968, que abrangia todos os Estados, mas que surtiu efeito somente em alguns setores. Um desses foi Maringá (...). Unindo reivindicações específicas das categorias profissionais com palavras de ordem políticas (contra a ditadura) foi possível um movimento de grandes proporções para a cidade e região, com repercussão nacional.[13]

Juntamente com sua esposa, a professora Zélia Passos, Edésio desempenhou papel destacado na rearticulação das lutas sindicais do município, na conjuntura pós-64. Para o início das atividades da AP, contribuiu a condição profissional de advogado trabalhista de seu dirigente, cuja atuação, segundo suas próprias palavras, dividia-se em três níveis. O primeiro era o campo aberto da atuação profissional e sindical. O segundo, de dimensões organizativas, era a constituição de sindicatos e entidades estudantis. O terceiro, mais difícil porque clandestino, era a organização da própria AP, tarefa para a qual buscava arregimentar operários, camponeses e estudantes.

O trabalho foi centralizado nas entidades em que era possível ter uma base de sustentação mais direta: motoristas, bancários, trabalhadores da construção civil, operários das indústrias de transformação de alimentos. Procurou-se estabelecer, no contato com as organizações sindicais dessas categorias profissionais, a dialética de atingir, a partir das reivindicações trabalhistas, níveis de consciência política que dessem conta das contradições das políticas da ditadura militar.

Houve maior sedimentação política junto aos bancários e aos trabalhadores das indústrias alimentícias. Com uma diferença: no primeiro caso, houve parceria com a direção já constituída do sindicato, que estava integrada a um

[12] Em outubro de 1968, a AP manteve proximidade com a greve dos bancários de Curitiba. Todavia, como esclareceu Cláudio Ribeiro, dirigente sindical que se identificava com as posições da AP, a greve seguiu uma dinâmica própria.

[13] Cadernos da UPT, **Universidade Popular do Trabalho**, Curitiba, n. 1, 1993, p. 18.

calendário estadual e nacional de lutas; no segundo caso, houve esforço para articular a constituição da entidade sindical da categoria e para estabelecer a pauta e o cronograma de lutas.

2ª página — MARINGÁ, SÁBADO, 5 DE OUTUBRO DE 1968 — O JORNAL — EXTRA

A GREVE DOS BANCÁRIOS

Manifesto ao povo

O PORQUE DA GREVE

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

De fato, a dinâmica de lutas dessas duas categorias foi o suporte principal das mobilizações verificadas em outubro de 1968. No caso dos bancários, houve convergência com a data-base da categoria e com as negociações e mobilizações que vinham sendo encetadas em âmbito estadual e nacional. No caso dos trabalhadores das indústrias alimentícias, reivindicações trabalhistas frustradas, a partir de campanhas desencadeadas pela recém-fundada associação sindical da categoria, impulsionaram a mobilização.

É emblemático que a data de deflagração da greve tenha sido 1º. de outubro, aniversário da revolução chinesa. A paralisação não chegou a irradiar-se pelo conjunto dos setores que se encontravam na órbita da mobilização. Insatisfeitos com a sorte de sua campanha reivindicatória, os operários da Cia. Norpa, indústria que produzia óleos vegetais, suspenderam suas atividades, como planejado. Houve a não esperada adesão dos operários da Cia. Cruzeiro, empresa do mesmo setor, mas a irradiação do movimento paredista não foi muito além. Somente no dia 4 o setor bancário de Maringá promoveu breve paralisação, interrompida devido à dinâmica das negociações que a Federação da categoria entabulava com o patronato. Em âmbito estadual, a greve dos bancários, que fora desencadeada em Curitiba, já havia sido, por conta das negociações, suspensa. Mesmo criticando a negociação, o sindicato local teve que se incorporar ao acordo. Houve, além disso, ensaio de mobilização entre os operários da construção civil, trabalhadores em empresas de transporte coletivo (urbano e intermunicipal) e estudantes secundaristas.

Pastas: MOVIM. GREVISTA DE MARINGÁ

EXTRA Jornal

MARINGÁ, SÁBADO, 5 DE OUTUBRO DE 1968

DIRETOR — MARCOS IRA RIBAS

GREVES IMOBILIZAM MARINGÁ

ARQUIVO PÚBLICO PARANÁ

A greve do setor alimentício, evidenciado o esgotamento do seu papel

de irradiação da greve geral no município, procurou, a partir de sua pauta de reivindicações, soluções próprias. Entretanto, do ponto de vista da conquista de reivindicações, a greve não logrou êxito. As represálias sobre os trabalhadores envolvidos foram imediatas, com a perda do emprego. O processo de organização sindical da categoria sofreu descontinuidade. A legalização da Associação como sindicato exigiu, sob os influxos da D.R.T. (Delegacia Regional do Trabalho), que houvesse interrupção dos passos dados e a constituição de um novo processo, com a renovação de dirigentes.

EXTRA

Maringá Pode Parar

Conquanto as demais paralisações anunciadas não tenham vingado, pode-se dizer, segundo os registros investigados, que a cidade viveu esses primeiros dias de outubro de 1968 sob o signo da greve geral. Evidência é fornecida por um tablóide que o mais tradicional jornal da cidade preparou para noticiar os acontecimentos, cuja manchete anunciava: "Maringá pode parar".[14] A reportagem fazia o registro dos setores em que a paralisação se efetivara e destacava sua possível irradiação.

7ª página — MARINGÁ, SABADO, 5 DE OUTUBRO DE 1968 — O JORNAL — EXTRA

Concentração Estudantil

Os estudantes secundários de Maringá realizaram ontem, à noite, em lugar que não foi divulgado, uma reunião para estudar as possíveis ligações de se fazer uma coleta de fundos para as famílias dos operários em greve.

Segundo informações o Padre Orivaldo falará aos estudantes, no sentido de orientá-los na campanha, evitando com isso qualquer possibilidade de incidentes.

Por outro lado, sabe-se que toda a cidade está ao lado dos grevistas

Hoje, a partir das 16,00 horas, o estudantado secundarista reunir-se-á novamente, nas dependências do salão paroquial da Igreja Nossa Senhora da Glória, para pôr em prática as resoluções tomadas para amparar os famílias dos grevistas.

Por sua vez a Diretoria da União Maringaense de Estudantes Secundários, reunio-se em sessão extraordinária para discutir o assunto das greves. Todavia, não se sabe quais foram as resoluções tomadas pelos diretores.

É certo que estarão solidários ao movimento grevista.

Estes empregados da Cruzeiro estão em greve desde terça-feira e ainda não conseguiram falar com os patrões. Vão continuar em greve e contam para isso com a colaboração do povo de Maringá, que está compreendendo a situação de penúria por que passam.

O Jornal

EXPEDIENTE

Sindicato Dos Trabalhadores da Indústria da Construção e do Imobiliário de Paranavaí

Também são destacadas manifestações de solidariedade de algumas entidades sindicais à greve, justamente aquelas que estavam na órbita da mobilização. Muito cedo foi constituído um "Comitê de Apoio aos Operários em Greve", composto por entidades sindicais, estudantes e representantes do clero, com o objetivo de dar suporte material e político ao movimento dos operários das indústrias alimentícias. Os panfletos produzidos, dirigidos à população, articulavam discursos de defesa dos interesses corporativos com temas da política nacional, com matizes ideológicos: "Vivemos oprimidos pelo arrocho salarial instituído pela ditadura para aumentar os lucros dos patrões, fazendeiros latifundiários e para aumentar os lucros do imperialismo". O pano de fundo da mobilização foi definido da seguinte maneira: "nossa

14 **O Jornal de Maringá**, 5 de outubro de 1968, tablóide. Conforme se pode aferir nos arquivos da DOPS/PR, os órgãos de segurança acompanharam atentamente os desdobramentos dos acontecimentos. O relatório da polícia política acusa o periódico de "difundir notícias tendenciosas e alarmistas, visando ao alastramento da greve". Era um indício de que os líderes da greve mantinham articulação com a imprensa.

luta, assim, é a luta do povo operário contra o arrocho, é a luta contra o roubo de nossos direitos. Faz parte da luta do povo brasileiro contra o imperialismo e a ditadura".

Ainda que ocorresse em um centro urbano importante apenas no contexto do estado[15] e tivesse repercussão regional, a greve sintetizava importantes características. Primeiro, a mobilização transgredia, especialmente por ter aspirado a ser uma greve geral, os limites que o universo institucional da ditadura, por intermédio de expedientes crescentemente coercitivos, estabelecera para a atuação do movimento sindical e da sociedade civil em geral. Segundo, colocava em xeque as políticas econômicas vigentes, caracterizadas pela introdução de acentuado arrocho salarial. Terceiro, havia a participação de dirigentes de uma organização revolucionária em sua articulação.

Sobre a implantação no campo, tem-se que foi na região polarizada por Maringá que se verificaram os principais esforços de deslocamentos de militantes da AP, oriundos quase sempre do movimento estudantil da capital, para o mundo do trabalho rural.[16] Qualquer que fosse a potencialidade política desse método de proletarização, cuja eficiência suscita polêmicas na avaliação dos ex-militantes da AP, os deslocamentos, intensificados em 1968, tiveram pouca chance de fincar raízes e deixaram poucos rastros. A partir do início de 1969, ante o recrudescimento da repressão, houve a necessidade de promover o remanejamento dos quadros para outras regiões do país. Ocorreu uma combinação da linha política da organização com a necessidade de adotar medidas de segurança. Os desdobramentos levaram a que, até o final do primeiro semestre de 1969, praticamente todos os militantes do CR-2 fossem transferidos para outras regiões. O fato é que tal situação levou a um novo período na história da organização regional da AP, marcado por significativa descontinuidade em seus trabalhos.

As reviravoltas e o declínio do maoísmo

O Comando Regional se reorganizou em 1969. Foram estabelecidos dois Comandos Seccionais para organizar as atividades da AP no Paraná. O primeiro, abrangendo a região de Curitiba, passou a ser referido como Canudos. O segundo, abrangendo o norte e o noroeste do estado, foi denominado Roseira, subdividindo-se nas seguintes áreas: Ouro (Maringá), Prata (Londrina) e Melado (Goio-erê).

Foi somente em 1969, no município de Goio-erê, distante 170km de Maringá, que a AP estabeleceu participação efetiva em um movimento de trabalhadores rurais. Mais precisamente, teve participação em um movimento de arrendatários, organizado em torno da reivindicação de melhores contratos. Contudo, conforme dizem seus próprios documentos de avaliação, a AP não teve papel decisivo na deflagração e na direção dos acontecimentos, movidos por interesses bem localizados.

Na virada da década, após a incursão no movimento dos arrendatários de Goio-erê, os militantes da AP promoveram

15 Em 1970, segundo os dados do censo, Maringá totalizava 121.374 habitantes. No início da década de 1970, o eixo Maringá-Londrina era o que apresentava os melhores indicadores de Valor Agregado Fiscal do Estado. Cf. IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento econômico e social. Leituras regionais. www.ipardes.gov.br

16 Há exemplos na região rural de Paranavaí, distante 70km de Maringá.

autocrítica de sua compreensão das relações de produção e das estruturas econômicas da região. O documento **Balanço da CS-RoS- acerca do trabalho do partido na seção**, datado de outubro de 1970, faz o registro dessa reavaliação.

Apesar de orientado pelo discurso da Guerra Popular, o documento procura redefinir a visão sobre o papel dos assalariados agrícolas e dos arrendatários. No que se refere aos primeiros, escreve: "Tivemos uma visão dogmática, quanto à posição de atraso no campo que nos levou a desprezar os assalariados agrícolas. E sem dúvida alguma é uma força decidida"(p.6). O destino dos arrendatários é assim definido: "A tendência dessa classe é o desaparecimento, a evolução no rumo do assalariado agrícola"(p.7). No final de 1970, a militância da Seccional "Roseira" mudou o eixo de sua intervenção e procurou se integrar às zonas urbanas, particularmente Maringá e Londrina. Esse trabalho foi logo interrompido pela necessidade de novas transferências e pelo avanço dos tentáculos da repressão, que tiveram efeito desaticulador.

Diante das tentativas de explicar a dinâmica do movimento, enfim, surgiu o questionamento da caracterização das estruturas do campo como semifeudais e da linha de revolução camponesa. Depoimentos de militantes revelam que havia influência das teses de Paulo Wright, dirigente nacional com origem em Santa Catarina, que foi protagonista no questionamento da revolução nacional e democrática. De forma mais ampla, toda a organização da AP vivia esse debate. Não obstante a definição pela linha maoísta em 1968, as disputas teóricas não adormeceram. A própria influência do maoísmo assumiu feições bastante complexas.

Por um lado, surgiram questionamentos à interpretação do Brasil como um país semifeudal e semicolonial e à concepção da revolução nacional-democrática. Para a ala que formulava essas questões, tornar-se-ia necessário construir um partido de tipo inteiramente novo. Por outro lado, dirigentes da AP aproximaram-se do PC do B e viriam a defender a incorporação a esse partido. Nesse caso, havia afinidade quanto ao caráter da revolução, definida como nacional e democrática.

Em 1971, houve uma etapa importante da disputa interna, por ocasião da III Reunião Ampliada da Direção Nacional. A partir desse momento, a AP passou a denominar-se Ação Popular Marxista-Leninista – APML. A resolução dessa reunião, configurada no **Programa básico,** foi considerada pelas partes em disputa como uma espécie de solução de compromisso. Foram incorporados aspectos das posições que polarizavam o debate em curso e as definições últimas foram remetidas à realização do II Congresso da AP, a ser convocado. No PB, ainda se lê que o objetivo era construir um partido de tipo inteiramente novo, marxista-leninista-maoísta.

As disputas internas se acirraram. Embora houvesse nuanças, a divergência principal pode ser resumida em dois pólos, em torno dos quais gravitaram posições intermediárias[17]. Malgrado a intensidade da disputa e os termos depreciativos utilizados para desqualificar a tese concorrente, há

17 O documento **Viva a nova Ação Popular; Comunicado da III Reunião Ampliada da Direção Nacional**, de maio de 1971, relata que havia, nos debates, cinco tendências. O afunilamento deu-se em torno da polarização descrita.

densos documentos procurando fundamentar as posições. Constata-se, inclusive, tentativa de diálogo com as mudanças em curso no país.

Eis um extrato de um documento formulado para sistematizar a compreensão de que o Brasil vivia a temporalidade da Revolução Socialista. Na análise estrutural, assevera: "com segurança, (...) a base econômica da sociedade brasileira em toda sua história, suas relações de produção, jamais tiveram um caráter feudal ou escravista. Apesar do emprego de relações de trabalho pré-capitalistas, o sistema de plantações no Brasil foi regido pelas leis capitalistas de produção" (AÇÃO POPULAR, 1972, p. 29). No período recente, tais traços teriam ficado mais evidentes. A economia agrícola era regida pelas leis básicas do sistema capitalista e suas áreas vitais estariam empregando principalmente mão de obra assalariada. No campo, residia o elo mais fraco das forças revolucionárias. Além de a população camponesa não ter suficiente densidade para sustentar a revolução, crescia a proletarização nesse setor da economia (AÇÃO POPULAR, 1972, p. 29).[18] Não havia amparo na realidade, de acordo com essa linha de interpretação, para a defesa da revolução democrático-burguesa no Brasil. A revolução deveria ser imediatamente socialista. Em resumo, conclui que "será pela insurreição urbana que a revolução triunfará" e que "o proletariado brasileiro é a força principal da revolução brasileira" (AÇÃO POPULAR, 1972, p.44).

Como essa tese incorporava a defesa da construção do partido da terceira etapa do marxismo, o maoísmo, há um aparente paradoxo. Contudo, para os setores que sustentavam tal posição, tratava-se da defesa do método e não da letra do maoísmo. Afirmava-se que o combate ao revisionismo exigia, também, a recusa do dogmatismo, ou seja, o transplante literal da linha chinesa para a realidade brasileira (AÇÃO POPULAR, 1972).

A ala que fundamentou a estratégia da revolução nacional e democrática elaborou um longo documento, intitulado **Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira**, subsidiado por dados estatísticos. Utilizou-se, privilegiadamente, o resultado do censo de 1970. Não é o caso de comentar exaustivamente os vários temas elencados. Cite-se, no entanto, que o estudo aborda a modernização da economia, o peso relativo de cada setor da economia, a expansão do capitalismo e o processo de urbanização em curso.[19] Conclui que o

[18] Jacob Gorender (1987) salientou o fato de essas teses sofrerem influência da teoria da dependência, que gozava de grande audiência naquela época.

[19] Detém-se, por exemplo, no fato de o IBGE divulgar que 55% da população residia em área urbana ou suburbana. Contrasta esse dado com outros critérios de avaliação. Alegando que convenções internacionais aceitavam como urbana a população residente em cidades com mais de 20.000 habitantes, conclui que, usando esse parâmetro, na proporção de 60% a 40%, o povo brasileiro ainda se radicaria, majoritariamente, em áreas rurais (Ação Popular. 1972b). Sem fazer equiparações rígidas e reconhendo a diferença de motivações políticas e ideológicas, de ambientação conjuntural e institucional, cabe citar um extrato de documento aprovado pela Conferência Nacional de Desenvolvimento Agrário, realizada em 2008. Em um dos pontos da resolução, afirma-se: "O ponto de partida do Brasil Rural não se limita ao universo composto pela população que reside nas áreas rurais delimitadas pelo IBGE ou às atividades agropecuárias nelas desenvolvidas. Nesta nova

Brasil tem uma formação social complexa, combinando relações capitalistas, relações semifeudais e feudais com a predominância das relações capitalistas. No Brasil, predominaria o capitalismo, mas restos feudais sobreviveriam com destacada importância. Assim, "a tarefa democrática principal da revolução brasileira é de extirpar todo o sistema latifundiário, o monopólio da propriedade da terra e o cortejo de suas sobrevivências feudais. A revolução nacional e democrática é assim anti-imperialista e agrária" (AÇÃO POPULAR, 1972b, p. 78).

Essa ala, que formou maioria na direção da AP, defendeu a incorporação ao PC do B, com base na afinidade de programas e no reconhecimento de que ele seria o partido histórico da classe operária. Para tal, houve autocrítica em relação ao maoísmo como terceira fase do marxismo, condição estabelecida pelo PC do B. Não obstante, ainda que houvesse algumas atualizações na formulação, a defesa da revolução nacional-democrática, inspirada na linha chinesa, cimentava essa aproximação e a proposta de incorporação ao PC do B, que foi visto, por anos, como o principal representante do maoísmo no Brasil.[20]

A luta interna se acirrou. Após expulsar dirigentes da chamada "minoria", a ala majoritária da direção, em 1973, declarou extinta a AP e comandou a incorporação ao PC do B.[21] Outro setor procurou reorganizar a AP, que teve existência até o início da década de 1980.

Logo após a cisão, a Ação Popular viveu um período de grande fragilidade organizativa (OLIVEIRA, JR, 2000). Na segunda metade de 1973, o aparato repressivo provocou uma série de "quedas" de militantes. Nessa fase da década de 1970, a AP promoveu um movimento autocrítico, comum às várias organizações de esquerda do período, acerca do isolamento que a radicalização política tinha vivenciado em relação aos movimentos de trabalhadores. Tal autocrítica tomava como baliza o marxismo revolucionário e a dinâmica concreta do movimento de massas e da classe operária. Propôs-se, ainda, a constituição da Tendência Proletária, com organizações da

visão, o espaço rural é pensado de forma mais ampla através da noção de ruralidade. Por isso, se adotou o recorte sugerido por vários autores para os municípios rurais, que são aqueles que possuem menos de 50.000 habitantes e apresentam uma densidade demográfica de até 80 hab./km2. Com isso, são valorizadas outras dimensões importantes, como a relação com os recursos naturais e os ecossistemas, a produção de conhecimentos e saberes, o patrimônio cultural; a organização social e as inter-relações existentes entre o rural e o urbano e entre as atividades agropecuárias, não-agropecuárias e extrativistas. Disponível no sítio eletrônico do Ministério do Desenvolvimento Agrário. http://www.mda.gov.br/condraf/index.php?ctuid=18565&sccid=1756

[20] No final da década de 1960, o PC do B era reconhecido como representante autorizado do PCCh no Brasil. Em suas publicações desse período e do início da década seguinte, O PC do B não economizou elogios à experiência chinesa e a seu líder máximo (GORENDER, 1987, 213). Todavia, houve uma reviravolta no fim da década, quando que se abandonou a China como referência (REIS FILHO, 1991). Como explicou Jean Rodrigues Sales, procedeu-se, a partir dessa cisão, a "uma crítica retrospectiva ao modelo chinês, na qual se procura mostrar que o partido já demonstrava discordância com este modelo pelo menos desde 1963" (SALES, 2000, p.114).

[21] A defesa desse caminho está sistematizada no livro que Haroldo Lima e Aldo Arantes escreveram sobre a trajetória da AP (LIMA & ARANTES, 1985). Em outro artigo, fiz uma análise específica desse livro (DIAS, 2006).

esquerda revolucionária que também se encontrassem em fase de autocrítica.

A AP não perderia sua existência independente, mas sua intervenção, na conjuntura próxima, esteve pautada pela construção da Tendência Proletária.[22] Em 1976, o processo de reorganização da AP atingiria um patamar mais elevado. Em fevereiro desse ano, foi constituído o Núcleo Provisório de Reorganização Nacional. A reorganização foi tida como consolidada em 1977, quando foi aprovado o estatuto, que reafirmava a identidade com o marxismo-leninismo.

Em março de 1978, o Secretariado Nacional da AP editou um amplo documento de avaliação, com vistas à preparação da IV Reunião Ampliada Nacional. Nesse momento, a AP relacionava-se com o processo de rearticulação dos movimentos sociais. O vigoroso movimento sindical incidiria sobre a pauta da abertura política e da reforma partidária, servindo de suporte à constituição do Partido dos Trabalhadores.

A IV RAN ocorreu em fevereiro de 1979. Em pauta: a conjuntura nacional, o futuro da AP e a opção partidária institucional. Revogou-se, finalmente, o **Programa básico**, aprovado pela III RADN, em 1971. Essa revogação foi acompanhada de algumas autocríticas. Principalmente, teria sido cometido o erro de considerar o maoísmo a terceira etapa do marxismo, com suas derivações de diagnóstico da realidade brasileira e de estratégia revolucionária. O marxismo-leninismo continuaria sendo a base teórica da AP. A rigor, não se trata de nada mais que um rito formal. Havia muito tempo que se considerava o **PB** superado.

Nessa conjuntura, sem abrir mão do objetivo de constituir a TP, a AP propôs a formação de um partido socialista para atuar na nova legalidade, o Partido Popular. Em meados de 1979, inviabilizada a proposta do PP, decidiu participar do Movimento pró-PT, caminho que não foi seguido, entretanto, por todos os seus militantes. Após realizar seu II Congresso, a APML, que vivia um período de crise orgânica e política, dissolveu-se no interior do PT (OLIVEIRA JR.,2000; DIAS, 2009).

Considerações finais

A relação da AP com o maoísmo não foi simples nem monocromática. Pelo contrário, apresentou nuanças e dimensões que instigam reflexões as mais diversas, tal é a diversidade de situações e temas que se depreende. Salienta-se o fato de essa relação ter-se aprofundado quando a AP se declarou em fase de autotransformação política e ideológica, interessada em filiar-se à tradição revolucionária marxista. Sem menosprezar a influência da cultura política anterior na definição das opções em curso no processo de transformação, deve-se levar em consideração o significado do maoísmo naquela conjuntura internacional. Nos termos colocados pelos seus próprios documentos, o maoísmo representou para a AP, ao mesmo tempo, a tradição revolucionária e a atualidade da revolução, contraponto ao que era chamado de revisionismo contemporâneo.

O contraste entre a linha estratégica maoísta e a dinâmica do capitalismo brasileiro não passou despercebido para a AP. Se, em 1968, prevaleceu uma

[22] Com esse objetivo, foram estreitados laços com o MR-8, PO e MEP. A revista **Brasil Socialista**, editada no exterior, é uma amostra desse esforço.

visão bastante decalcada do modelo chinês, os desdobramentos geraram situações algo complexas, como evidencia o fato de o maoísmo servir, no início da década de 1970, de "pano de fundo" para posições excludentes, fosse porque representasse a atualidade e vitalidade da revolução, fosse porque inspirasse a interpretação da etapa da revolução brasileira. De qualquer forma, sem que isso implique concordar com as conclusões, há que se registrar que, nesse debate, a AP procurou dialogar com a dinâmica das mudanças em curso no país.

A investigação específica da intervenção em uma realidade localizada, como no noroeste do Paraná, feitas as devidas mediações, permite ver dimensões concretas dessas questões. No contexto desse território, foi possível analisar, em detalhes, o sentido da representação que a AP fazia das relações econômicas e de trabalho e o próprio questionamento dos parâmetros que regiam essa política. Enriquece-se, assim, a análise dos contornos mais amplos da política da AP.

Tais experiências podem ser vistas pelo parâmetro do que não aconteceu, ou seja, da revolução que não houve. Mas podem, em contrapartida, ser analisadas pelas ações ensejadas. Afinal, foi na fase em que era influenciada pelo maoísmo que a Ação Popular participou das lutas dos trabalhadores do noroeste do Paraná. Com isso, a AP contribuiu para a escrever, naquela conjuntura de ditadura, importante página na história das lutas sociais e dos trabalhadores da região polarizada por Maringá.

Referências

AÇÃO POPULAR. Documento base. In SOUZA LIMA, L. S. **Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil.** Petropólis: Vozes, 1979**.**

AÇÃO POPULAR, **Audácia nos objetivos. Rigor nos métodos.** 1969.

AÇÃO POPULAR**. Combater o dogmatismo de direita e isolar os liquidacionistas das fileiras do partido**. 1972.

AÇÃO POPULAR. **Duas posições**, 1968.

AÇÃO POPULAR. **Contribuição ao estudo científico da sociedade brasileira.**1972b

AÇÃO POPULAR**.** Programa básico**.** In REIS FILHO, D. A. & SÁ**,** J.F. (orgs)**. Imagens da revolução.** Rio de Janeiro: marco zero, 1985.

AÇÃO POPULAR. **Resolução política,** 1965.

AÇÃO POPULAR. **Resolução sobre o debate teórico e ideológico**, 1967.

APML. **Resoluções políticas da IV RNA,** 1979.

DIAS, R. B. A história da Ação Popular nas memórias de Herbert de Souza. *In* **Diálogos,** v. 11, nº 3, 2007, p. 163-198. Disponível em http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=450

DIAS, R. B. Da esquerda católica à esquerda revolucionária. A Ação Popular na história do catolicismo**. Revista Brasileira de História das Religiões**. Ano I, nº 1, maio 2008, p. 166-195. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/edicoes.html>.

DIAS, R. B. **Sob o signo da revolução brasileira**. A experiência da Ação Popular no Paraná. Maringá: Eduem, 2003.

DIAS, R. B. A história da Ação Popular na perspectiva do PC do B. **Diálogos**, v. 10 nº 1, 2006, p. 143-175. Disponível em http://www.dialogos.uem.br/viewarticle.php?id=255&layout=abstract.

DIAS, R.B. **A cruz, a foice e o martelo e a estrela**. A tradição e a renovação da esquerda na experiência da Ação Popular. Tese de Doutorado em História e Sociedade. Assis, Unesp, 2004.

DIAS, R. B. A Ação Popular Marxista-Leninista e a formação do PT. In Revista **Perseu**. n.3. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 1987.

LIMA, H. & ARANTES, A. **História da Ação Popular***:* da JUC ao PC do B. São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 158.

LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil**: a microrregião "Norte Novo de Maringá" - 1950/1980. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1988.

OLIVEIRA JR, F. **Paixão e revolução**: capítulos sobre a história da AP. 2000. Tese de Doutorado em História. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, 2000.

OLIVEIRA, Mônica. **Militantes operários e operários militantes**: a experiência da "integração na produção" na história da Ação Popular (1965-1970). Dissertação de Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 2005.

PRIORI, A. **O protesto do trabalho**. Maringá, Eduem, 1996.

REIS FILHO, D.A. O maoísmo e a trajetória dos marxistas brasileiros. In: REIS FILHO, D.A. et alii. **História do marxismo no Brasil**. V. I. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

RIDENTI, M. Ação Popular: cristianismo e marxismo. *In* RIDENTI, M. & REIS FILHO, D. A. (Orgs). **História do marxismo no Brasil***,* V. 5. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

SALES, Jean Rodrigues. **Partido Comunista do Brasil – Pc do B**: Propostas teóricas e prática política 1961-1976. Dissertação de Mestrado em História. Campinas, Unicamp, 2000.

SANTANA, Cristiane S. de. **Maoísmo na Bahia (1967-1970).** Dissertação de Mestrado em História. Salvador, Universidade Federal da Bahia, 2008;

SILVA, Osvaldo H. **A foice e a cruz**: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi, 2006.

* **REGINALDO BENEDITO DIAS** é professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá; Doutor em História Política pela UNESP. E-mail: reginaldodias13@gmail.com